



Nos tempos da sociedade incivil: Pensando sobre racismo, violência e mídia durante a pandemia^{1 2}

■ Muniz Sodré de Araújo Cabral

e-mail: sodremuniz@hotmail.com

A minha questão aqui hoje é tentar articular como pertinentes três tópicos: mídia, violência e Brasil. E eu vou entender violência não só como exercício de força destrutiva descontrolada — portanto, a violência anômica, a violência dos crimes, a violência dos assaltos, a violência das mortes injustificadas —, mas violência como condição social. Isso é o que eu chamo de *estado de violência*, a violência de uma condição social. Só um pequeno dado: no Brasil, estas duas se superpõem, a violência anômica e a condição social. Para vermos como elas se superpõem, no ano passado, em 2020 — e esse é um dado oficial —, a polícia no Brasil matou 17 pessoas por dia, no país inteiro. Vejam só, 17 pessoas por dia. Portanto, isso é a violência anômica.

O estado de violência é igualmente permanente. É permanente e nos parece irreconstruível. Ora, eu já argumentei em torno desse entendimento em trabalhos passados, e eu me lembro de Marx e Engels, quando eles se referiram à Índia para dizer que a violência é a mãe da história. Eles diziam que o capitalismo deve subverter o mundo, deve substituir todos os antigos valores pelo pagamento em dinheiro para que as sociedades não se deixem levar pelo seu sonho dogmático, para que possam viver as contradições da acumulação do capital. Então eu vou dar um exemplo de questão social violenta como estado, e esse exemplo é a questão racial.

É que no início desta terceira década do século XXI a questão racial irrompe no mundo como um tópico de primeiro plano, e não mais como uma simples contradição secundária, como costumava diagnosticar uma linha histórica de pensamento que dizia que a relação de classe, se fosse aferida principalmente pela estrutura socioeconômica, esgotaria as relações caracterizadas como raciais. Quer dizer, as relações raciais seriam apêndices, uma coisa secundária, a respeito da relação de classe. Ou então essa linha histórica de pensamento — é a linha da esquerda — dizia que o que efetivamente importa é a análise de uma totalidade concreta no desenvolvimento contraditório dessa análise,

¹ Conferência de abertura da 8ª edição do curso de extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos, promovido pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 5 de agosto de 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HdvteZCyoko&t=1327s>. Acesso em: 8 nov, 2021.

² Transcrição: Larissa Mota Moreno, bolsista Profaex do curso de extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos/NEPP-DH/UFRJ. Edição: Pedro Barreto Pereira, professor substituto do NEPP-DH/UFRJ e coordenador do curso de extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos/NEPP-DH/UFRJ. Revisão: Dayse Tavares, revisora na Coordenadoria de Comunicação (Coordcom) da UFRJ.

Ensaio Essay

em que o racismo figura como item problemático, porém um item menor dentro da luta anticolonial; um item posto à espera de que primeiro se equacionem os grandes trâmites geopolíticos de uma formação de uma sociedade qualquer para depois, então, cuidar do racismo.

Só que essa irrupção de agora é maior do que isso. Essa irrupção da temática racial, da violência racial, é mundial. Ela é mundial e é violenta, como se a sociedade estivesse acordando daquele sono dogmático de que Marx e Engels falavam. Então, de um lado, o fenômeno racial reflete um aspecto do turbocapitalismo financeiro, esse capitalismo que enfatiza a preocupação corporativa com a redefinição da ambiência social — quer dizer, desde a preservação física do meio ambiente até as barreiras de cor, de gênero. E, de outro lado, talvez esse problema seja sintoma da reaproximação de época entre sociedade política e sociedade civil, que historicamente são separadas. Ou então, mais ainda, a questão racial como um sinal de revelação da degradação das instituições democráticas, essa degradação que começa a afetar a percepção histórica dos próprios fundamentos civilizados ou dos fundamentos ocidentais de certas formações sociais.

Mas é possível também ver essa questão, que é uma questão violenta, como um efeito reativo à massificação de novos valores: os valores do feminismo (extremamente importante), os valores da ecologia, os valores da liberdade de gênero, as autoexpressões minoritárias. E aí é que o antirracismo aparece, desde a segunda metade do século passado. A violência racial aparece como uma reação a isso. Por isso que a Europa vem assistindo ao fortalecimento da direita ultranacionalista, da direita extremista, que tem uma ênfase enorme nas velhas obsessões antisemitas, nas velhas obsessões antinegras, que está junto com a agonia das percepções universalistas e das dicotomias binárias que moldaram o sistema-mundo do passado.

Então vejam só: nos Estados Unidos, depois dessa transição tumultuada do governo Trump para o governo Biden, que ocorreu este ano [em 2021], as elites intelectuais americanas e os colunistas da grande imprensa americana passaram a se referir, pela primeira vez nos Estados Unidos, ao supremacismo branco como ameaça à democracia. Vejam só: essa referência não existia antes na imprensa americana e havia notícia de violência racial, de morte de negros, mas essa cautela, essa advertência contra o supremacismo branco não existia. Ela é hoje uma constante nos pronunciamentos de elite e na grande imprensa americana. Então, numa escala ainda mais ampla, as formas de representação e de enquadramento do campo político, que vêm do século XVIII para cá, atravessam o século XIX. Essas formas de representação deixam de ser operatórias para você compreender os mecanismos de poder que vêm das estratégias informacionais de negócios. Logo, para você entender e avaliar acontecimentos que são socialmente significativos. É assim, dessa maneira, que vem se expondo a saturação ou o declínio da política clássica em descompasso crescente diante dos centros de poder, que estão sendo redefinidos e diretamente ocupados pelo capital.

Ora, é um declínio tão grande, esse declínio dos mecanismos clássicos, que chega ao paroxismo das caricaturas. Quando você aprofunda a defasagem entre o ordenamento

institucional e a vida real, esse aprofundamento é tão grande que as figuras que surgem daí são caricaturais, as figuras de poder. Eu não vou nem dar nomes para não cair na análise jornalística, mas quando eu falo em caricatura de poder não falo apenas do Brasil, eu falo da Europa, da Hungria, do Leste Europeu, do Oriente Médio. Mas vamos ver um caso próximo a nós: o caso do Haiti, que é recente a nós, que se põe em análise. Mercenários assassinaram o presidente da República e o que ficou à vista de todos nós na imprensa é um país, que já era naturalmente empobrecido e atravessado pela corrupção, que agora está mergulhado no caos, sem Tribunal Constitucional (que é o Supremo de lá), sem Conselho Eleitoral permanente (que é o TSE de lá), sem Congresso. Um país mergulhado na mais absoluta decomposição institucional, em meio a uma crise econômica profunda, em meio a esta crise sanitária que também atravessamos aqui. Então, no vazio do sistema político, ou no vazio da cultura institucional, as instituições de segurança haitianas se deterioraram e o poder passa a ser exercido por bandos armados. E aí nós temos à vista uma tragédia cívica.

Aí nós nos perguntamos: qual é a posição do Brasil nesse cenário? O que é o Brasil nesse cenário? Talvez um pouquinho de história para respondermos a essa pergunta. O Brasil é um país de baixa cultura republicana. Tem República, mas a cultura republicana é baixa. A República foi proclamada por republicanos de última hora, por republicanos de curta data; foi proclamada na passagem do século. Era um país territorialmente segmentado, um país controlado pelas oligarquias latifundiárias. Então, diferentemente dos Estados Unidos, onde para virar República houve um pacto fundacional dos estados, aqui o que houve foi uma transformação da empresa colonial das origens que durou séculos, realizada por um latifúndio monocultor e com regime escravista, no lugar do Estado. Aqui, o Estado é o Estado casa-grande, a casa-grande era o Estado. Essas são as linhas gerais da tese de Caio Prado Júnior no livro que certamente todo mundo, se não leu, conhece, que se chama *A formação do Brasil contemporâneo*, de 1942. Caio Prado faz uma síntese historiográfica que é razoavelmente consolidada na literatura dos intérpretes do Brasil. O que ele faz nesse livro? Primeiro, ele rejeita as hipóteses marxistas de que tivesse havido o feudalismo ou tivesse havido o semifeudalismo na formação econômica social brasileira. E ele vai identificar traços peculiares no desenvolvimento do Brasil e que vão se impor: a exploração rural de tipo colonial voltada para o mercado externo, conduzida pela família patriarcal, escorada em relações escravistas de trabalho, à sombra da Igreja Católica e do Império e, claro, da guarda disso tudo pelos militares.

Então, vocês sabem, já disse isso em um livro meu, que o Império deu ao Brasil Estado e nação, mas não deu povo. Não houve povo sob o Império e originalmente também não havia nada de Estado, nação ou República. Havia a empresa Brasil, que sempre foi um negócio muito lucrativo para o estrangeiro: primeiro, nos séculos XVI e XVII, a exportação do açúcar; daí em diante, a exploração do diamante e do ouro. E essa empresa não foi exclusivamente portuguesa, porque o Nordeste e o açúcar nordestino foram bancados até meados do século XVII pelo capital holandês da Companhia das Índias Ocidentais. Então, a palavra “brazileiro”, com z, que era como existia antigamente — esse sufixo “eiro” designava atividade profissional, como sapateiro, padeiro, ferreiro —, designava originalmente o

Ensaio Essay

português que vinha fazer negócio e enriquecer no Brasil à custa da riqueza da terra e à custa da mão de obra escravizada. Quer dizer, “brazileiro” era profissão, e profissão estrangeira.

Essa modalidade de constelação, que é territorial e nacional, se verifica também em outros espaços coloniais do passado, mas pode ser comparada a outras modalidades no presente histórico em países europeus. Você vê hoje países europeus administrados como se fossem empresas, enclaves de negócios, enclaves de bancos, principalmente pequenos Estados europeus, como Mônaco e Liechtenstein, administrados por oligarquias financeiras em conluio com o Estado. Por trás de tudo isso, você tem uma oligarquia armada, uma oligarquia militar. Aqui no Brasil essa oligarquia era tributária das forças terrestres portuguesas, que, por sua vez, dependiam da potência armada inglesa. E essa oligarquia daqui estava vocacionada para militarização da sociedade, e, por isso, sempre predisposta a intervenções golpistas no caminho da República na história do Brasil. Então, o Estado brasileiro sempre foi visto como violento e como opressor por parte do povo nacional. Por isso que eu digo que sempre foi uma espécie de Estado casa-grande. Essa propalada redução do Estado que se fala hoje, que os neoliberais falam, não é realmente a reivindicação da diminuição do poder do Estado, porque o exercício da dominação, em parceria com a organização-mundo-capitalista, ainda precisa de espaço controlado por militares e legitimado institucionalmente. Também não implica a superação da lógica patrimonialista que hoje define até mesmo a constituição dos partidos políticos, que se constituem hoje patrimonialisticamente, quase como uma empresa de família, para reivindicar a verba partidária, para botar parente ou conhecido no poder.

Só que a luta multissecular pela repartição dos espaços no mundo se reinterpreta em forma mais abstrata. Quer dizer, o avançado capitalismo das finanças compete, mas não exclui em termos definitivos. Compete com os proprietários de terras, com os comerciantes, com os industriais, e toda essa gente está empenhada em açambarcar o mais-valor que o capital gera na produção. Na verdade, essa diversidade dos setores conflui para a afirmação de uma plutocracia, um regime de ricos, que nós entendemos como apropriação do poder político e apropriação do poder econômico por uma minoria indiferente à desigualdade sistêmica. Vou dar números: esse 1% da população brasileira que controla mais de toda a riqueza nacional.

Nessa conjuntura, ao lado das demandas de governança, o Estado brasileiro é também força motriz nos processos de acumulação de capital, nos processos de incentivo às inovações tecnológicas. Aí você tem os aparatos legislativos, os aparatos judiciais, os aparatos militares que se coligam aos dispositivos de mídia e se tornam imprescindíveis àquilo que eu gostaria de chamar de capitalismo de desintegração aqui no Brasil. Ou, se vocês quiserem outro nome, capitalismo de predação. O que é esse capitalismo de predação e desintegração? É a combinação das finanças com o saque de recursos naturais à sombra de populações que estão institucionalmente desarticuladas. Essa questão da “boiada que passa” é um nome jornalístico para um governo que está colocado aí, não por acaso, para saquear recursos naturais. Ora, por outro lado, os ilegalismos que se multiplicam nos espaços urbanos, não só no Brasil, mas nos países periféricos de terceiro mundo — e quando eu

digo ilegalismo eu digo desde as formas individuais de violência, crime, distorção, de assalto até a organização de quadrilhas, que aqui nós estamos vendo na forma do crescimento dos mercenários, dos milicianos —, constituem frequentemente uma extensão perversa do poder de Estado que está infiltrado por nichos repressivos na sua própria máquina burocrática. Esses ilegalismos são extensão perversa do poder do Estado. O apelo neoliberal em favor de um Estado menor é apenas um marketing, é um marketing falacioso que eufemiza a eliminação do direito civil, de cortes de gastos sociais, gastos na educação, gastos de saúde, gastos com a proteção ambiental.

Só que a agonia das formas tradicionais não implica o desaparecimento da política no sentido amplo. A política no sentido amplo é forma de agregação humana num território. E essa política está presente na organização de outras formas de vida, de novas modalidades associativas, de novos desdobramentos comunitários, que incluem também as tecnologias da comunicação. E isso nos traz a questão da imprensa, a questão da mídia. O que essa questão da mídia nos diz? Ora, eu, particularmente, estou convicto de que o jornalismo mantém virtualmente um espaço, e esse espaço está para ser ocupado na recriação de novas formas de mediação que sejam politicamente significativas para a sociedade civil. Mesmo se você leva em consideração que os grandes princípios que constituíram a modernidade — eu digo contrato social, a democracia, a cidadania, o Estado, a nação, a identidade individual — não estejam mais em sintonia com a síntese social que a mediação opera, então a mediação liberal tradicional me parece falida, fracassada, está em agonia. Mas nada impede que o jornalismo, como fenômeno moderno, possa ser redefinido pelo mercado, pela tecnologia e pela sociedade civil. Na realidade, os jornalistas profissionais são apenas uma das várias categorias de atores mobilizados para determinar os fatos e para transformar os fatos em acontecimentos de mídia.

Então, da mesma forma que esses jornalistas e as audiências deles existem, existe primeiramente um público, e esse público pode ser considerado uma ideosfera, uma esfera ideológica, uma esfera de ideias, uma esfera sensível, em que os indivíduos estão particularmente ligados naquilo que se torna visível na cena de um espaço público. E esses indivíduos acabam tomando posição numa causa pública. O público não é a mesma coisa que audiência; o público é constituído por um sujeito coletivo, e esse sujeito coletivo, que é o público, pode se diversificar como experiências diferentes. Portanto, o grande público pode se constituir de muitos públicos qualitativamente distintos, mas em todos eles há a ideia de um sujeito coletivo. Não é uma multidão dispersa e medida apenas numericamente, como é o caso de uma audiência.

Então o fato histórico a considerarmos aqui é que os efeitos de simultaneidade, os efeitos de ubiquidade, que são característicos da comunicação eletrônica, alteram as coordenadas de espaço e tempo da informação, ampliam o direito de comunicar, que estava tradicionalmente dado à testemunha do acontecimento, que é o jornalista, o mediador. Na prática, o acontecimento, que é relativo à vida ativa do público, de cada um de nós, quando passa para a comunicação eletrônica pode equivaler ao simples clique da máquina inteligente. Você clica, dá o *like* e o acontecimento se perfez. Isso pode parecer bobo,

Ensaio Essay

pode parecer pequeno, mas daí está emergindo um novo poder de agendar os fatos, um novo poder que é mais segmentado e é mais diversificado. E emerge daí um novo tipo de relacionamento entre público e conhecimento da realidade. Portanto, aquilo que agora se considera verdadeiro, aquilo que agora se considera verdade, é apenas uma das possibilidades de cada acontecimento relatado. Quer dizer, uma dessas possibilidades é a verdade, a outra é a mentira — por isso que se mente tanto.

As chamadas redes sociais constituem o exemplo mais palpável desse novo estado de coisas. Portanto, não se trata mais do velho embate democrático de opiniões no espaço público modelado pelo liberalismo, o que foi a utopia teórica de pensadores como Habermas, por exemplo. Mas se trata agora de sensações, de emoções esvaziadas de qualquer lastro argumentativo. Há um pensador da direita política europeia chamado John Gray, autor do livro *Cachorro de palha*, que diz que só alguém milagrosamente inocente em relação à história poderia acreditar que a competição entre ideias possa resultar no triunfo da verdade. Ele diz que, claro, as ideias competem umas com as outras, mas quem vence são aqueles que têm o poder e a loucura humana ao seu lado. Nem preciso dar nome aos bois para vocês tirarem suas conclusões. Eu só quero dizer que diagnósticos desse tipo vêm contribuindo para validar a hipótese, não mais de uma democracia de opiniões, mas de uma democracia de emoções. Porque as opiniões estariam esvaziadas do poder retórico de convencimento. Não há mais realmente nesse espaço público das redes de opinião; há apenas “chute” e emoção, clique e emoção, *like* e emoção, *dislike* e a emoção chamada ódio.

Alimentam-se, assim, as especulações sobre a modelagem de um novo tipo de jornalismo, embora tudo isso que eu falei ainda esteja limitado à caixa de ressonância de boatos, que é como eu traduzo *fake news*: é boato. Caixa de ressonância de ressentimentos, de emoções exasperadas, de manifestações de ódio, de pequenos escândalos da vida privada. Essa era a matéria de que era feito o sensacionalismo do passado, aquilo que chamavam de imprensa marrom — os americanos chamavam de *yellow press*. Por que isso existe? Por que, na verdade, foi tão fácil existir isso? Porque o social, aquilo que nós chamamos social enquanto tal, ele não existe. Ele não existe substancialmente. O social é um pacto, é um acordo; o social é o pacto de confiança que está por baixo de qualquer organização social para manter a ideia de sociedade e dar autoridade aos dirigentes sociais. Paul Valéry (1871–1945), grande poeta e ensaísta francês, definia a sociedade como um funcionamento fiduciário, na base da confiança. Ele diz que o sermão que o padre ou o pastor faz, o crédito, o contrato, a assinatura que é reconhecida em cartório, as relações que supõem tudo isso respondem pela coesão da estrutura social.

Então acreditar na palavra humana, seja essa palavra falada seja escrita, é tão indispensável ao homem, é tão indispensável aos humanos quanto você confiar na firmeza do solo em que você pisa. Essa crença na palavra humana não é uma crença suspensa no ar. Trata-se aí de uma disposição coletiva criada por instituições que se apoiam na democracia, instituições que se apoiam no sistema de equilíbrio do jogo agonístico das diferenças, do jogo e das tensões que são inerentes ao estabelecimento da confiança no respeito às regras instituídas. Se você não respeita as regras instituídas, não confia nas instituições, a

democracia vai pelo ralo, porque, na verdade, é preciso acreditar na própria democracia. E essa crença não se estrutura em valores racionalmente referidos por um sistema moral — embora, claro, nós possamos supor um declínio moral da democracia —, mas se apoia em afecções do sujeito. Em sentido amplo, se apoia em afetos. E essas afecções ou esses afetos podem ser entendidos como emoções primárias ou sentimentos, que são emoções trabalhadas pela lucidez, pela razão. Por outro lado, a credibilidade da sociedade, no que se diz, no que se escreve, não é um dado técnico, não é como se escreve, não é um dado de pura objetividade do escrever. A credibilidade é um dado político.

Então, ao olhar imediato, a visão analítica pode se cegar pela novidade transbordante dos dispositivos tecnológicos, com essas inconcebíveis velocidades de cálculo e de transmissão de mensagens. Isso é fascinante. Mas quando você olha de perto a história prática da informação pública, não pode deixar de ver que no início dos instantes politicamente cruciais a informação vinha mais do acesso coletivo ao fato técnico da tipografia do que da imprensa institucionalizada. Quer dizer, da possibilidade de você responder, dizer alguma coisa. Basta ler um relato famoso de Victor Hugo sobre as primeiras horas da resistência em Paris ao golpe de Estado de Luís Bonaparte para você se dar conta de que aquilo que os representantes do povo queriam através de assembleias representativas para mobilizar a cidadania era propriamente uma tipografia. E as litografias, como se fossem folhetos, eram possíveis no imediato. Mas só uma completude tipográfica é que iria satisfazer a urgência e a quantidade das proclamações democráticas para mobilizar o antigolpismo, para fazer a mobilização antigolpista.

Não se tratava da imprensa, tal qual você a conhece, na questão empresarial, institucional dela, mas se tratava do acesso a um instrumento técnico da impressão, assim como hoje você pode conseguir internet na dimensão exclusivamente eletrônica. Qual é a diferença entre os dois casos? A diferença dos dois casos está na prevalência da política, a reação ao golpe bonapartista, ao qual Marx dedica um texto fabuloso, imprescindível, que é *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Essa reação de Luís Bonaparte é a política, essa reação da internet pode ter fins políticos. Mas, na internet, mesmo ela é um grande megafone, capaz de reunir, capaz de mobilizar. Por outro lado, a relevância do fato que se comunica não se deve apenas à lógica interna do fato, mas se deve basicamente aos quadros sociopolíticos de referência que permitem validar esse fato como verdade. Portanto, a quem cabe gerar as condições democráticas que são imprescindíveis à formação dos pactos de confiança, à formação de pactos confiáveis, é a política.

A interação do jornalista com a fiabilidade coletiva, que, mesmo tropeçando, funciona como condição democrática — e não uma condição apenas mercadológica —, condição democrática de possibilidade para que os jornalistas cumpram a sua função de mediação entre as fontes informativas e o público, é a interação confiável, é uma interação autorizada pela comunidade. E essa autoridade decorre do carisma gerado pela identidade histórica do jornalista como mediador confiável e garantida por um pacto simbólico entre o jornalista e a comunidade discursiva dele. Esse pacto é um mecanismo relevante da democracia, por maiores que sejam as dificuldades para se chegar a um consenso

teórico sobre o que realmente se queira dizer com democracia. Há um leque amplo de variações de democracia. Ela pode ser liberal, liberal representativa, direta, deliberativa, plebiscitária. Tudo isso é forma de democracia. A discussão é antiga, mas na pesquisa empírica a democracia aparece como a possibilidade de você ter múltiplos centros de decisão autônomos, em primeiro lugar; ter um alto grau de transparência, de permeabilidade entre as periferias sociais e os centros políticos; ter flexibilidade social e ausência de comportamentos mais distantes; ter forte autonomia dos grupos sociais; ter pluralidades das elites, ao mesmo tempo que há entrecruzamentos múltiplos dessas elites; independência do sistema jurídico em relação ao Estado; autonomia das cidades; autonomia dos centros de criatividade intelectual, dos centros de atividade econômica, dos centros de atividade científica. Essas são características da democracia.

Há nisso um tanto de idealização, um fundo de Rousseau, na medida em que a democracia é substancialmente concebida para além da forma de Estado, em que ela é técnica de regime de governo. Mas a democracia pode ser concebida como um valor e um fim, universalmente aberta a todos. Portanto, esse valor e o fim são atributos inerentes à democracia social. O contrário disso, a antítese disso, é a ditadura. A ditadura é a interrupção dos fluxos que atravessam livremente a ordem política, a ordem jurídica e a ordem social. Um desses fluxos, e é disso que estamos falando, é o fluxo das informações. Essa concepção, que é uma concepção liberal, esquece, portanto, a visão de formas novas e formas sutis de ditadura que, se interromperem os livres fluxos institucionais, se impõem por meios empresariais, por meios financeiros e cavam espaço para as novas formas fascistas, que eu chamo de *protofascismo*. Esses fluxos, essas formas sutis, esses protofascismos se distinguem das formas clássicas de ditadura. Nas formas clássicas de ditadura, o poder de Estado se exerce de cima para baixo por meio de aparatos repressivos, de tanques nas ruas, de exércitos, enquanto nas modulações fascistas a que estamos assistindo a violência é compartilhada por frações de classe social, frações que são solidárias nas casas e nas ruas, solidárias com o totalitarismo antidemocrático.

Outros esquemas desenhados por analistas liberais ampliam, e muito, o leque dos indicadores democráticos, que estão compreendidos em categorias como processo eleitoral, pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política, cultura política. E esses indicadores deixam transparecer a dificuldade de você fazer uma síntese universalista do conceito de democracia, mas permitem uma visão melhor da complexidade histórica do que é, de como funciona a democracia, graduando avanços e recuos. E é assim que você pode registrar uma tendência para a degradação de determinadas categorias democráticas — por exemplo, liberdades civis e pluralismo. Há uma degradação dessas categorias, inclusive em países caracterizados por alto desenvolvimento econômico e tecnologia avançada. A economia plena no mercado, que teoricamente requer livres fluxos sociais para incrementar o consumo, não é garantia última de plenitude democrática. Quer dizer, um país socioeconomicamente precário como Cabo Verde está entre África e Brasil, é socioeconomicamente precário no jogo internacional do mercado, mas é uma democracia sólida, alinhada a democracias sólidas, como a Suécia e a Noruega. Então não é o mercado apenas que faz a democracia.

Por outro lado, uma democracia eleitoral pode coexistir com puro formalismo jurídico, pode coexistir apenas com a liberdade do consumo oferecida pelo mercado, mas que é suposta apenas quando essa liberdade é telecomandada por mecanismos tecnológicos influentes, por robôs, por algoritmos, por propaganda dirigida. É a sugestão que foi feita por um dirigente ultranacionalista europeu, o Viktor Orbán, da Hungria, no sentido de uma democracia não liberal, mas iliberal. Por esse motivo, eu usei essa expressão no subtítulo do meu livro [*A sociedade incivil: Mídia, iliberalismo e finanças*]. Mas o que é uma democracia iliberal? É uma democracia que significa, em termos práticos, o travestimento liberal ou travestimento neoliberal do regime democrático. A República iliberal é um travesti da democracia. E essa é uma característica que pode se generalizar diferentemente para a esquerda ou para a direita — mas tem sido para a direita — no domínio das puras aparências. Por exemplo, você pode ter uma autocracia, como a China, que pode recobrir a centralização autoritária de decisões com simulações democráticas, respaldadas por uma democracia consultiva, que é um simulacro de democracia.

Aventa-se também há muito tempo a hipótese de uma democracia eletrônica, que é definida por tecnologias digitais. Eu não vou me estender nisso aqui, que tomaria tempo. Porque nessa suposta democracia eletrônica, movida a algoritmos, eles são gerenciais e não são políticos, então é uma democracia da qual devemos desconfiar, a democracia algorítmica. Portanto, trocar concretamente as ruas pela lógica algorítmica do *live streaming* favorece a neutralização da exasperação demográfica de vesso tradicional. Só que isso tem outro lado: o potencial conectivo das redes, aquele poder de mobilização, de megafone das redes que tem a internet, favorece tipos diferentes de movimentação social. Tanto favorece a mobilização para manifestação de protesto para greves que pode ser autônomo diante da mídia tradicional. Para o bem ou para o mal, isso já tinha sido pressentido no passado, por exemplo, pelo psicanalista Jacques Lacan, quando ele preveniu os jovens revolucionários de Maio de 1968. Ele perguntou: “Vocês estão querendo um novo senhor? Apenas querer trocar um pelo outro, recusar a representação, estão querendo apenas uma figura, um novo senhor”. Ele disse: “Se é isso que vocês querem, vocês vão ter”. Nessa frase de Lacan está implícita uma crítica à metafísica da revolução, ancorada no mecanismo clássico do poder e na transferência do poder a chefes carismáticos. E é esse tipo de representação, que é a exclusiva movimentação social em grandes centros urbanos, que vem buscando instintivamente, sem espírito crítico, sem parâmetros da velha sociedade civil, na movimentação que se apoia apenas numa difusa inquietação moral e apenas nesse potencial conectivo das redes. Portanto, os discursos de indignação podem ser tão virais, tão viróticos quanto discursos de ódio, mas não conduzem necessariamente ações efetivas no espaço off-line, quer dizer, ações efetivas na duração histórica.

Então, para o bem ou para o mal, um efeito ainda mais inquietante desse potencial já pode ser detectado em novas formas de se fazer política, em novas formas de se contornar as regras do sistema democrático tradicional por meio de ferramentas digitais. Foi isso que se verificou na eleição de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos. O mesmo na eleição de um representante da extrema direita para a Presidência do Brasil

Ensaio Essay

em 2018. Aplicativos como o Twitter, como o WhatsApp deram ensejo a um pacto imediato sobre eleitores potenciais, driblando variáveis como peso partidário, como a visibilidade dos debates públicos. Não se esqueçam de que, uma vez eleito o presidente da República³, as pessoas reunidas ao redor do Palácio [da Alvorada], os apoiadores dele, davam vivas ao Facebook, ao WhatsApp e ao Twitter. Os grandes eleitores foram esses aplicativos.

É preciso atentar para a hipótese de que, sem uma verdadeira cultura institucional, nós corremos riscos sociais que, de certo modo, são semelhantes aos do Haiti, guardadas as proporções do país, para a potência econômica e para o poder econômico. Mas sem cultura institucional, sem vigor institucional, nós corremos riscos análogos, a democracia corre riscos análogos. Por quê? Porque democracia não é coisa de pessoa, democracia não está apoiada em pessoas apenas, seja à esquerda seja à direita. A democracia se apoia em instituições, no vigor das instituições. São as instituições que conformam, que formam as subjetividades, que fazem a mediação entre sociedade civil e sociedade política. Ora, a anarquia institucional é o fim da democracia, é a morte da democracia. Ou garantimos democraticamente, civilmente, as instituições ou estamos garantindo implicitamente qualquer anarquia social — portanto, estaríamos garantindo a violência. A violência surge dessa falta de garantia institucional, da anarquia institucional. E, claro, as violações de direitos humanos.

Muniz Sodré de Araújo Cabral é Professor emérito da UFRJ e professor titular da Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ.

Como citar:

CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. Nos tempos da sociedade incivil: Pensando sobre racismo, violência e mídia durante a pandemia. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 4, n. 1, p. 145-154, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>

³A conferência foi realizada em 2021, quando Jair Bolsonaro era presidente da República.